

A QUESTÃO DO ALIMENTO NO ESPAÇO URBANO E O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO

Luiza Santos Alves
Universidade Federal do Espírito Santo
luizaalves.geo@gmail.com

RESUMO: O alimento é essencial para a sobrevivência da espécie humana. A cidade, o lugar da distribuição e consumo, é dependente da produção do campo para que seja abastecida. No cotidiano, as responsáveis pela preparação das refeições são, majoritariamente, mulheres. Aqui, a pretensão é mostrar a relevância do espaço privado no debate acerca do espaço urbano por meio do alimento e do trabalho doméstico feminino, fazendo-se necessária a superação da dicotomia espaço público x espaço privado para a análise do espaço e inserindo a temática, que pouco aparece, nas discussões acerca do espaço urbano. O objetivo é, portanto, discutir o espaço urbano por meio da questão do alimento do ponto de vista do espaço privado como essencial para o funcionamento do público levando em consideração o trabalho doméstico feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Alimento. Mulheres. Espaço privado

1 INTRODUÇÃO

O meio urbano não produz a quantidade necessária de alimentos para suprir as pessoas que nele vivem; esse espaço conta com uma população cada vez maior e dependente da produção do campo. Na geografia, a questão do alimento aparece nas pesquisas relacionadas ao espaço agrário, principalmente no tocante à produção. No espaço do consumo por excelência, o espaço urbano, a discussão sobre o alimento aparece muito pouco, mesmo que nas cidades sejamos quase totalmente dependentes de terceiros para que nossa alimentação aconteça de forma satisfatória, em quantidade e qualidade. Em nossa ciência, discutimos a fome, a partir dos valiosos estudos de Josué de Castro (1946) - que investigou e denunciou o fenômeno Brasil afora por meio do método geográfico, e seus escritos deram origem à primeira providência por parte do governo federal de combate à fome no país -, e pesquisamos a produção de alimentos no campo. No entanto, a alimentação cotidiana nas cidades aparece muito pouco, mesmo que seja essencial à nossa sobrevivência. Dessas constatações surge a ideia de investigar como o alimento aparece na geografia urbana, a partir de publicações como os anais do SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), a Revista

Geousp – Espaço e Tempo, e o Boletim Paulista de Geografia. Todos se referem ao alimento e/ou à alimentação no espaço urbano. A leitura desses artigos nos levou a concluir que o tema aparece pouco no debate sobre o espaço urbano brasileiro.

Ao longo da leitura outras questões surgiram, tais como: a espacialidade do alimento se limita ao espaço público? Por que ele aparece tão pouco, se afinal, todos precisamos nos alimentar e não produzimos na cidade? Nossa alimentação cotidiana é, geralmente, preparada por uma mulher. Como o cotidiano aparece na geografia urbana? E a espacialidade da mulher, restrita ao privado, às atividades domésticas, ao cotidiano? O que nos leva a perceber que todas as vezes em que o alimento aparece no meio urbano ele se dá no espaço público, na forma da distribuição, do comércio e do consumo.

Apresentaremos os artigos encontrados nas referidas publicações, e será exposto, ainda, outras abordagens de como a questão do alimento aparece na Geografia (CASTRO, 1946; FUMEY, 2007; ALVES, 2015). Percebemos a necessidade de debater o espaço urbano também a partir do espaço privado, superando a separação entre os mesmos, que são inter-relacionados e complementares. Nesse ponto, recorreremos à Arendt (2007), Silva (2003) e Przybysz (2011), a fim de analisarmos a separação desses espaços e a importância da extinção dessa dicotomia em nossa ciência, considerando o espaço indissociável. Seguindo esse raciocínio, percebemos que não há como aprofundar a questão do alimento no cotidiano (GIARD, 2013) e no espaço privado sem falar do trabalho doméstico feminino, historicamente invisibilizado e desvalorizado. Para compreender a construção da feminilidade, recorreremos à Federici (2017) e Kehl (2016); e para exemplificar como a relação entre a maternidade e alimento se dá trazemos Assunção (2008). Aqui retornamos à importância da indissociabilidade do espaço para se estudar a espacialidade feminina, característica da geografia feminista (SILVA, CESAR E PINTO, 2015).

2 O ALIMENTO NA GEOGRAFIA

Iniciaremos pelo levantamento e análise dos artigos, que se deu seguindo a metodologia de Custódio (2006), que abordou a relação cidade-água nos artigos dos anais da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). O objetivo do estudo foi “analisar e interpretar como a Geografia produzida no Brasil elaborou seus discursos sobre o assunto e, assim, contribuir para o equacionamento dos problemas urbanos relacionados à água” (p. 175), e a partir daí poder

contribuir para futuras pesquisas acerca do tema. Sobre o alimento no espaço urbano, selecionamos oito artigos com o objetivo de analisar de que maneira o alimento aparece na geografia urbana das publicações selecionadas.

O primeiro estudo sobre o tema é um artigo de Pintaudi (1988) sobre os diferentes estabelecimentos de varejo e a implantação dos supermercados na Grande São Paulo (SP). A autora conclui que no período estabelecido, principalmente a partir de 1975, o setor varejista do comércio concentra as empresas, o capital financeiro e o território. Já a pesquisa de Carreras (1999) tem como foco a análise das novas formas de consumo que se moldam a partir das novas estruturas econômicas, fazendo reflexões conceituais. Ele parte de estudos preexistentes e destrincha o caso da cidade de Barcelona, para então desenvolver as primeiras conclusões voltadas para uma futura geografia do consumo. O autor analisa o processo de consumo junto a outros conceitos igualmente amplos, a saber: cidade, comércio e globalização. O artigo de Mitidiero (2005) é, de acordo com o próprio autor, uma pré-pesquisa sobre a comercialização de alimentos alternativos ou ecologicamente corretos no mercado europeu, com enfoque na marca holandesa Max Havelaar, cujo objetivo é modificar as tradicionais formas de comercialização entre os países ricos e países pobres. Costa (2015) traz a discussão acerca da relação entre a feira livre e a cidade, debatendo a produção do espaço a partir do consumo e sua centralidade, tendo como referência a feira livre de São Bento em Cascavel (CE). A autora faz um apanhado histórico das feiras, que ela aponta como espaços de resistência às transformações das relações de consumo no espaço urbano e que existem desde que o ser humano produziu além da sua capacidade de consumo. O texto de Rosalin e Gallo (2017), traz um apanhado sobre a indústria cervejeira e as mudanças no circuito de produção e nos padrões de consumo desse produto nos últimos anos no Brasil. As autoras Costa e Schor (2015) fazem uma reflexão sobre como os hábitos alimentares são influenciados pela diferença no acesso aos alimentos e o rápido processo de urbanização das redes de comunicação e no comércio em pequenas e médias cidades. As autoras analisam o caso das cidades de Tefé, Alvarães e Uarini, no médio rio Solimões, estado do Amazonas. O artigo de Antipon (2017) traz a discussão sobre o mercado popular de alimentação em Campinas que abarca bares, restaurantes populares e móveis ambulantes de alimentos das ruas, espaço que é resultado de uma cidade desigual que criada e mantida pela pobreza, por aqueles que só podem consumir no comércio popular de alimentação. Aqui percebemos, portanto, que a discussão sobre o alimento no espaço urbano se dá basicamente no espaço público, do comércio e consumo.

O alimento, essencial para a sobrevivência da espécie humana, passa por vários processos desde a sua produção até o momento do consumo, seja em casa ou em estabelecimentos fora do lar. E, na geografia, o tema aparece em diversas escalas e métodos de análise. No campo, onde há a preparação e trabalho para se produzir o alimento, uma série de questões se impõe no que diz respeito aos trabalhadores rurais e à questão fundiária brasileira, por exemplo. Antes das prateleiras dos grandes e pequenos mercados, ou das barracas das feiras livres, quem levou o alimento foi um atravessador ou o próprio produtor? Esse alimento foi processado, passou por algum tipo de transformação ou é *in natura*? E, se industrializado, dentro ou fora da propriedade? Essas questões, bem como a temática da globalização são fundamentais para a compreensão da questão alimentar no espaço. Quando abordamos a questão do alimento, nos deparamos com uma grande variedade de cores, cheiros e sabores; a comida está em toda a estrutura social. Não há dificuldade em perceber a diferença das refeições cotidianas desde a preparação, passando pelos ingredientes, no tempo que temos para ingerir o alimento, na variedade de tipos de alimentos, entre outros aspectos inerentes ao ato de alimentar-se. Como afirma Giard (2013), sobre o trabalho cotidiano de preparar o alimento,

Aquele trabalho culinário que parece sem mistério nem grandeza, eis que ele se desenrola numa montagem complexa de coisas a fazer, segundo uma sequência cronológica predeterminada: prever, organizar e abastecer-se; preparar e servir; descartar, arrumar, conservar e limpar (GIARD, 2013, p. 220)

A relação entre globalização e as mudanças na forma de alimentar-se também aparece na geografia. De acordo com Fumey (2007), a alimentação está estritamente ligada ao processo de mundialização, e se as maneiras de fazermos muitas coisas mudaram com esse processo, a alimentação não escaparia dele. O autor argumenta, ainda, que a alimentação do ser humano mudou em milhares de anos, mas nunca de uma forma rápida; portanto, ele defende que não será com publicidade, por mais poderosa e astuta que ela possa ser, que a alimentação humana será homogeneizada em alguns anos. Para o autor, a mundialização pode atuar em níveis de escala em que ela reforça um status de “mundial” de alguns pratos e bebidas, e em outros ela agravaria o sentimento de identidade. Por isso a mundialização é considerada um jogo duplo. O autor fala sobre como é espetacular as mudanças nas maneiras de comer, que despertaram interesse em pesquisadores sobre a globalização em curso das culturas alimentares. O *fast food*, além de ser a representação mais emblemática do fenômeno, indica uma independência dos consumidores em relação às refeições, símbolos de fortes momentos de intimidade e partilha. O *fast food* também significa um nível de vida elevado, além de processos industriais bem desenvolvidos que deem

conta de distribuir os mesmos produtos em vários lugares do mundo. Fumey (2007) pondera que o tema alimentação é um grande prisma no qual podemos enxergar a integração dos gostos e sabores estrangeiros à nossa própria cultura. O autor lembra a diferença de interpretação entre uma alimentação que se pode escolher o que comer e uma na imposta pela necessidade fisiológica. Fumey (2007) pondera, porém, que a resistência ao processo de globalização da alimentação é grande porque há uma quantidade significativa de pessoas no mundo não tem como escolher o que comer.

Já a autora Rosa Garcia (2003) traz uma abordagem da mudança dos hábitos alimentares urbanos como reflexo da globalização. Segundo Garcia, a comensalidade atual urbana

[...] se caracteriza pela escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos; pela presença de produtos gerados com novas técnicas de conservação e de preparo, que agregam tempo e trabalho; pelo vasto leque de itens alimentares; pelos deslocamentos das refeições de casa para estabelecimentos que comercializam alimentos – restaurantes, lanchonetes, vendedores ambulantes, padarias, entre outros; pela crescente oferta de preparações e utensílios transportáveis; pela oferta de produtos provenientes de várias partes do mundo; pelo arsenal publicitário associado aos alimentos; pela flexibilização de horários para comer agregada à diversidade de alimentos; pela crescente individualização dos rituais alimentares. (GARCIA, 2003, p.484)

Com essas mudanças, o tempo, o local, as companhias, já não são mais os mesmos. Nem a parte destinada à preparação dos alimentos, a cozinha, resistiu aos impactos da globalização. Este cômodo, atualmente, ocupa uma posição meramente funcional, tornou-se pequena, e por vezes até integrada a outro. Gilles Fumey (2007) também descreve a importância da cozinha, do sabor, dos contextos individuais e coletivos de alimentação, dos gostos, entre outros. Inicialmente este autor reforça que a cozinha representa mais do que tecnologias; ela determina a escolha dos alimentos, a divisão e as maneiras dos trabalhos no grupo familiar. O autor percebe que quanto mais alto o nível de vida, mais a cozinha se destaca da esfera doméstica; nos grupos mais abastados, a alimentação passa a ser exercida fora de casa, em restaurantes, ou, se preparada em casa, são alimentos pré-prontos. A cozinha aparece como um elemento nas mudanças na maneira de nos alimentarmos, o único no âmbito privado, por causa das mudanças que ocorrem no cômodo com o passar do tempo. Ela se destaca da residência quando surgem os restaurantes, primeiros estabelecimentos de consumo fora de casa, que se expandem, inclusive, acompanhando a urbanização (PITTE, 1998). No âmbito privado, encontramos análises sobre o tamanho e

configuração da cozinha durante as décadas de 1950 a 1990 (SCARIM; SCHUNIG, 2017; SCHUNIG; SCARIM, 2018) nas propagandas imobiliárias da cidade de Vitória (ES).

Chama a atenção, ainda, que o alimento na geografia é tratado no âmbito do espaço público, que aqui se construiu como uma verdade inquestionável enquanto narrativa e acaba por impossibilitar a visibilidade de outras espacialidades (SILVA, CESAR, PINTO, 2015). Entendemos que o espaço privado também é espaço geográfico e a ele deve ser dada a devida importância. Não é o caso de colocá-lo como mais relevante que o espaço público, e sim de entender que ambos são complementares e inter-relacionados. Quando abordamos a questão alimentar no espaço privado, estamos também falando do trabalho doméstico feminino, na parte da preparação do alimento cotidianamente. Aqui se faz necessário compreender como se constitui a mulher enquanto sujeito social responsável pela reprodução social do lar e de como o trabalho doméstico passa a ser desvalorizado e invisibilizado.

3 COTIDIANO, ESPAÇO PRIVADO E TRABALHO FEMININO

De acordo com Hannah Arendt (2007), a “distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado” (p. 37). Segundo Arendt (2007), é provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido “às custas da esfera privada da família e do lar” (ARENDR, 2007, p.39). As tarefas naturais eram divididas de forma que a do homem fosse o labor, e da mulher, o parto. Essas eram as necessidades que reinavam nas atividades exercidas no lar. Já a esfera da *polis* era a da liberdade, e a relação entre a esfera familiar e a esfera da *polis*, era que a vitória sobre a as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*. Com a elevação do lar doméstico ao nível público, as questões pertinentes à vida privada tornaram-se de interesse coletivo. Arendt (2007) destaca que no mundo moderno essas duas esferas recaem uma sobre a outra “como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (p. 41-42).

É relevante para a discussão da questão do alimento na geografia e o trabalho doméstico feminino a superação da dicotomia público x privado, na qual a primeira é privilegiada em relação à segunda, mesmo que eles sejam inter-relacionados e complementares. Além de estar claro para nós a inter-relação dos espaços, devemos tratar aqui sobre a centralidade da mulher, perpassando

pelo trabalho doméstico. É necessário, ainda, contextualizar a importância de se voltar o olhar ao micros social, analisar o cotidiano direcionando “o olhar para as pessoas e as coisas do presente, para a vida em comum e sua diferenciação indefinida” (GIARD, 2013, p. 217). De acordo com Przybysz (2011)

As relações de produção e consumo [da cidade] estão profundamente relacionadas com o campo simbólico e de lutas sociais, envolvendo uma noção de complementaridade entre elas. O espaço urbano característico da sociedade capitalista é fortemente desigual e, cada área da cidade além de ser diferenciada economicamente, possui também diferentes significados sociais (PRZYBYSZ, 2011, p.21)

A autora traz como exemplo dessa mutualidade uma das funções femininas, que é o cuidado com os filhos, e como que essa atividade envolve tanto o espaço público (escola, posto de saúde, supermercados) como o privado (casa).

A dicotomia público x privado aparece aqui como uma das questões trazidas pela geografia feminista, para a qual essa é uma questão a ser superada. Assim como outras narrativas hegemônicas, da mesma forma se construiu como uma verdade inquestionável, e acaba por impossibilitar a visibilidade da espacialidade feminina na ciência geográfica (SILVA, CESAR, PINTO, 2015). Przybysz (2011) coloca que o homem seria responsável pela reprodução econômica do lar, enquanto a mulher é a responsável pela reprodução social do mesmo. As práticas cotidianas são parte da construção social do que é ser mulher, a partir do cumprimento de papéis sociais instituídos. A vivência das mulheres no espaço é multiescalar, as atividades competentes a elas perpassam pelos espaços público e privado, que estão em constante relação.

A mulher, na época do surgimento da cidade-estado, foi excluída do espaço público, e impedida de tornar-se um ser político. Mas, como afirma Przybysz (2011), ainda assim deve-se olhar para o espaço privado como político, pois dele depende a base organizacional da sociedade, o público, que é político por natureza. Um dito popular é que a “família é a base da sociedade”. Se as famílias são uma forma de organização social, e dela saem as pessoas que formam a sociedade (espaço público), não pode haver dicotomia. Não podemos nos esquecer que a família, assim como o espaço público, é regido por normas jurídicas e de Estado. A geografia, que pensa o espaço também em escalas, deve voltar seu olhar à microescala, pois de acordo com ela o fenômeno se diferencia. E nossa ciência não pode e não deve eleger uma escala mais relevante do que outra; todas devem ser levadas em consideração (PRZYBYSZ, 2011). Outra autora que reforça nossa questão é Sofia Aboim (2012), que traz o debate do afastamento entre homens e mulheres por meio

da separação dos espaços público e privado. Em sua maioria, os estudos feministas abordados pela autora, em diferentes épocas e lugares, afirmam que nessa separação a mulher ficou associada às atividades maternas e afetivas, relativas ao espaço doméstico; e os homens às atividades do cotidiano, à política, ao trabalho produtivo industrial, ou seja, ao espaço público. Essa diferenciação acabou por reforçar a exclusão das mulheres do espaço público e a aprofundar a desigualdade entre homens e mulheres.

Para se compreender o espaço urbano em suas diversas escalas, devemos então voltar o olhar também ao microssocial, onde as mulheres atuam de forma decisiva e onde o trabalho doméstico não-remunerado é imprescindível para a produção do espaço público. A fim de compreender o trajeto histórico de como a reprodução do lar se tornou tarefa exclusivamente feminina, é necessário entender alguns processos que remetem ao início da Idade Moderna. A partir de Federici (2017) e Kehl (2016) é possível relacionar de que forma a consolidação do sistema capitalista precisou moldar o comportamento feminino (feminilidade) e expropriar seu corpo para que as mulheres cumprissem seu esperado papel no sistema capitalista. Federici (2017) traça um panorama histórico da expropriação do corpo das mulheres, de seus saberes ancestrais e da opressão de sua sexualidade, por meio da caça às bruxas, para que elas se adequassem ao que o nascente sistema necessitava. Para isso houve a intervenção conjunta do Estado e da Igreja, com a conivência da ciência, que confirmava ou não se posicionava sobre a opressão que as mulheres sofriam. Já Maria Rita Kehl (2016) afirma que o papel da mulher na sociedade foi moldado cuidadosamente ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse papel feminino - a feminilidade - foi planejado para a mulher burguesa, ou seja, a mulher que não precisava trabalhar fora de casa para complementar a renda do lar. O espaço dessa mulher foi reduzido ao espaço privado, ao espaço doméstico; o espaço público não era o seu lugar. Porém, nem todas as mulheres da Europa do século XVIII pertenciam a essa classe. Muitas mulheres, as operárias, trabalhavam fora do lar, pois tinham que garantir o sustento da casa junto com o marido ou sozinhas. Do mesmo modo perpassa pela construção da feminilidade a formação e consolidação da família nuclear burguesa, que também chega às classes mais populares. No entanto, a dissolução dos casamentos e a participação da comunidade na criação dos filhos, como veremos em Fonseca (2006), é mais frequente entre os mais pobres do que nas classes mais abastadas da sociedade. Kehl (2016) se propõe a fazer um levantamento histórico da construção da conduta da mulher como nós o conhecemos, e a partir dessas informações podemos ampliar esse campo da mulher enquanto sujeito. Esse levantamento nos ajuda a enxergar como foi o processo de construção da feminilidade

e da família nuclear burguesa no período da Revolução Francesa e incipiente industrialização do continente europeu. A autora aponta um caminho no qual a modificação da linguagem através da fala muda a postura e o lugar do sujeito, no caso, das mulheres. De acordo com Kehl (2016), o lugar que as mulheres ocupam depende das práticas falantes, que se modificam sutil e lentamente em função dos deslocamentos sofridos pelos agentes sociais ao longo da história, os quais escapam ao controle das vontades individuais.

Um conjunto de mudanças – urbanização, industrialização, separação entre os espaços público e privado, a vida guiada pela moralidade burguesa e o nascimento da família nuclear – modificou a sociedade europeia em menos de cem anos, ao longo dos séculos XVIII e XIX. E a esse conjunto de transformações corresponde um novo tipo de sujeito, que se constitui no indivíduo, sujeito moderno por excelência. No contexto da Revolução Francesa, a liberdade é transformada em direito individual com o estabelecimento da burguesia - uma classe conquistada, não herdada - como classe hegemônica na Europa (KEHL, 2016). Na vida cotidiana, surge a soberania da personalidade, que é própria a cada um, funda-se no mundo das aparências, é controlada pela autoconsciência e carrega o antagonismo entre liberdade (privado) e convenções sociais (público). A recente família nuclear moderna torna-se um lugar de intimidade, privacidade e relaxamento para o homem, e há a necessidade de adequação entre a mulher e o homem a partir de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês. A feminilidade vem para promover o casamento entre a mulher e o lar, uma adequação fruto de uma enorme produção discursiva, como a educação formal e a religião. Ou seja, a feminilidade se opunha à nova personalidade individual tão valorizada à época, pois era uma construção social (KEHL, 2016).

A autora afirma que

a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade* (KEHL, 2016, p.40).

A feminilidade veio como a verdadeira natureza - em contraposição ao discurso do divino - da mulher e se constituía do cuidado com o lar (família e espaço doméstico), função da maternidade e passividade em relação ao marido e aos filhos. Porém, a autora destaca que a construção desse papel feminino não foi aceito passivamente pelas mulheres burguesas europeias. A concepção do que devem ser as mulheres começa a se esboçar no período revolucionário, como reação à desordem provocada pelas primeiras manifestações de rebeldia das mesmas. Para o homem, o

casamento supre a necessidade do afeto, mas ele busca realização em outros setores, como o trabalho e a política. Para as mulheres o casamento ocupava toda a sua existência, dele dependia toda a sua felicidade. E a consolidação e manutenção desse papel foi reforçado com discursos médicos, científicos, religiosos e literários.

No Brasil, Cláudia Fonseca (2006) traz, por meio de relatos policiais do início do século XX, qual era a relação das mulheres com a família, o trabalho e a comunidade. Em seus escritos, pode-se perceber que algo do processo de construção da feminilidade e da formação da família nuclear descrito por Kehl (2016) chega também às mulheres das classes mais pobres. A autora traz uma discussão acerca da maternidade e pobreza nos núcleos urbanos brasileiros no início do século XX. Ela apresenta elementos da construção da família nuclear e da importância da maternidade na classe burguesa para apontar caminhos de como esse modelo chegou à classe operária. Fonseca (2006) destaca a criança como peça-chave da família nuclear moderna, retirando-a do espaço público para educá-la no ambiente privado, ou seja, no lar, e na escola, como complemento. A própria noção de infância, criação, cuidado e zelo com a educação da mesma pela família surge muito recentemente. Esse era o padrão da burguesia, que não se encaixava na vida familiar dos grupos mais pobres, que seguiu uma linha de evolução diferente. Na Europa, que a autora traz para fins de comparação, houve uma dificuldade na implantação desse modelo nas classes mais baixas, então foram utilizadas medidas coercitivas, como retirar das ruas mendigos, órfãos e prostitutas. Lá, somente no início do século XX, com a melhoria da qualidade de vida da classe operária por meio de salários dignos e oferta de educação universal, a família nuclear se consolida também na população mais pobre.

Indo ao encontro de Kehl (2016) e Fonseca (2006), Assunção (2008) traz estudos anteriores que apresentam que a maternidade é uma construção histórica e sociocultural, “variável segundo diferentes contextos, e que apresenta função preponderante na definição e consolidação de ideologias de gênero ao longo da história” (ASSUNÇÃO, 2008, p.236). A autora mostra que a figura da mãe não existiu em todos os lugares nem em todas as épocas, ou seja, o instinto materno é uma construção, não é inerente à mulher. De acordo com a autora, “ser mãe” e exercer a função da maternagem é um papel que se firmou a partir do século XVIII como atribuição central da mulher ou esposa. Kehl (2016) também aponta que a feminilidade restringe a mulher a um único lugar social e a partir daí traça um único destino, que é a maternidade. Essa construção foi concomitante à ascensão do capitalismo, e “acompanhou grandes mudanças econômicas, sociais,

políticas e culturais” (KEHL, 2016, p.236), como o fortalecimento das propriedades privadas. Assim, quando a produção passou do ambiente doméstico para o público, a reprodução da força de trabalho tornou-se tarefa das famílias, principalmente das mulheres.

Assunção (2008), no entanto, dá maior destaque para a alimentação das famílias. Segundo a autora, alimentação não é somente um ato biológico, por ela perpassam relações sociais, dentre elas as de gênero. Dessa forma, “as refeições podem reproduzir simbolicamente as relações de poder e posições hierárquicas entre os indivíduos de um mesmo grupo social” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 235). Então, podemos considerar que o papel da mulher é central no espaço privado, especialmente na cozinha, e periférico no espaço público, de maneira que esses espaços não se opõem, eles são integrados e transformados o tempo todo. Assunção (2008) mostra que mesmo havendo mudanças desde a era moderna, o lar ainda é o espaço da família, sendo a cozinha espaço privilegiado da mulher. “É na cozinha em que pode ser verificado o protagonismo da mãe, especialmente no preparo da comida e na produção e manutenção de certo saber culinário” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 239). De acordo com a autora, as mulheres têm papel fundamental na preparação do alimento, pois é ela quem decide o que vai ser consumido, sabe e respeita o gosto individual de cada pessoa da família, e necessita da aprovação dos filhos e do marido; além disso, raramente ela prepara algo somente para o seu próprio consumo. Algumas mulheres, inclusive, não gostam de cozinhar, mas o fazem como obrigação para alimentar o marido e/ou os filhos; quando é destinado aos últimos, o ato de cozinhar é relacionado ao cuidado com os mesmos. Giard (2013) destaca a invisibilidade social do trabalho doméstico, feito por mulheres na maioria das vezes, como cozinhar, que só são lembrados a partir da falta e como reprovação; trabalhos que não têm fim e que não são reconhecidos, ainda que tenham que ser realizados. Sobre a alimentação cotidiana e o desprezo pelo trabalho doméstico, a autora complementa que “as práticas culinárias se situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e mais desprezado” (GIARD, 2013, p. 218).

Fazendo uma analogia com a atividade de preparar o alimento, podemos pensar em como ela está ligada aos espaços público e privado. Para adquirir o alimento, o espaço público é utilizado (feiras, supermercados) e para adquirir equipamentos necessários à sua preparação também (lojas de eletrodomésticos). Já o espaço privado, o lar, é onde são preparadas e onde se realizam essas refeições. E a preparação do alimento envolve um planejamento do cotidiano, ou seja, pensar em quantidades e combinações que não se repitam no dia a dia; além de ter ciência do que cada um

gosta e a partir daí adquirir os produtos necessários. Mesmo que o alimento seja preparado e consumido em casa, a função doméstica de prepará-lo é de igual importância para o esperado funcionamento da sociedade urbana, fora o fato de quando se vai adquirir os ingredientes e os eletrodomésticos estamos tratando do espaço público. Silva (2003) afirma que para se trabalhar uma geografia feminista, tem que se envolver as dimensões do micro e macro, do público e do privado. Ela afirma que “um campo fértil de investigação geográfica é a interdependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero” (SILVA, 2003, p.41). Portanto, trabalhar o papel da mulher no ambiente doméstico (privado) e como isso reverbera no espaço público (território masculino), é um objeto de estudo a ser analisado pela ciência geográfica a partir de uma visão feminina e feminista. Para ela, as mulheres só alcançam visibilidade no espaço através de resistência e luta. E essa perspectiva teria que ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um específico senso de espacialidade, o “espaço paradoxal”, conceito da geógrafa Gillian Rose, que contempla a vivência simultânea de várias espacialidades, considerando a posição de poder do sujeito em relação aos outros, que é variável. A cozinha pode e deve ser considerada um território de análise da centralidade espacial feminina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos podemos perceber que a questão do alimento ainda é pouco discutida na geografia urbana. A alimentação é fundamental para a manutenção e reprodução da vida humana, portanto, a discussão e o debate acerca do alimento nas cidades é fundamental, uma vez que a cidade não é o local produtor de alimentos. Ou seja, no meio urbano somos dependentes da produção do campo, do transporte e da distribuição. Até chegar ao momento do consumo, dependemos de uma cadeia de produção alheia ao nosso cotidiano. Por esse motivo, pensamos que o tema da alimentação deve aparecer com mais centralidade nos debates geográficos sobre o meio urbano.

É possível perceber, ainda, como concomitante à construção do papel da mulher, que tem seu comportamento moldado, o espaço da mulher é da mesma forma modificado. Se a mulher não se comporta da mesma maneira que o homem, ela não percebe nem vivencia o espaço da mesma maneira. Quando a mulher é destinada ao espaço doméstico e sua manutenção, a mulher/mãe que cozinha como forma de cuidar dos filhos, sabendo o que cada um gosta, faz da cozinha seu

território, e seu conhecimento (segredo) culinário lhe confere certo poder. Na função de alimentar a família, há relações entre o público e o privado que perpassam pelo trabalho não remunerado, majoritariamente feminino, como afirma Silva (2003). E na tarefa de preparar o alimento, estão envolvidas relações de poder e claras inter-relações espaciais, pois o alimento, desde o planejamento até a refeição em si, envolve tanto o espaço público quanto o privado. As atividades domésticas voltadas ao planejamento, compra e preparo do alimento, função geralmente destinada à mulher, invariavelmente produz espaço e deixa clara a inter-relação e complementaridade do espaço público e espaço privado nesse contexto. A responsabilidade pela preparação do alimento envolve a reprodução do espaço público tanto no que se refere a adquirir os produtos necessários (alimentos e equipamentos) quanto à manutenção e reprodução da força de trabalho que habitam a casa. No entanto, a responsabilidade do planejamento ainda recai em sua maioria sobre a parcela feminina da população como uma obrigação ou um dom feminino. A intenção não é esgotar o debate, mas promover outro olhar geográfico à produção do espaço urbano em áreas pouco exploradas, como o cotidiano, o espaço do lar. E é nesse espaço que a mulher tem papel central, por isso é a ele que voltamos nosso olhar.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 20, p.95-117, jan./abr. 2012.
- ALVES, Luiza Santos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo: uma análise geográfica**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- ANTIPON, Livia Cangiano. O comércio popular de alimentação em campinas: circuito inferior da economia urbana e território como abrigo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais do XIV Simpurb**, Fortaleza, 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, n. 01, p.233-253, jul. 2008. Jan/jul.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; RODRIGUES, Arlete Moisés. Rumo ao X Simpurb. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, p.207-210, 2006.
- CARRERAS, C. Consumir ou comprar. Repensando o consumo urbano à luz da globalização. **Revista Geosp: Espaço e Tempo**, n 6, p. 81-94, 1999
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, E. A. C; SCHOR, T. Hábitos alimentares e rede urbana no médio rio Solimões, Amazonas, Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais do XIV Simpurb**, Fortaleza, 2015.

COSTA, M, R. SANTOS, D. M. Feiras livres: Dinâmicas espaciais e relações de consumo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais do XIV Simpurb**. Fortaleza, 2015.

CUSTÓDIO, V. A relação cidade-água nos artigos dos anais da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, nº20, p.175-182, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 511-553.

FUMEY, Gilles. **La mondialisation de l'alimentation**. L'Information géographique". 2007. p. 71-82

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, 16(4):483-492, out./dez., 2003.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 211-331.

KEHL, Maria Rita. A constituição da feminilidade no século XIX. In: KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 1. p. 17-85.

MITIDIERO, M. Notas sobre a moderna comercialização de alimentos na Europa: o caso da fundação Max Havelaar. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, nº18, p.115-126, 2005.

SCARIM, Paulo Cesar; SCHUNIG, Erick Alessandro. DESVELANDO AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO DO ALIMENTO DENTRO DOS APARTAMENTOS NA CIDADE DE VITÓRIA DURANTE A VIRADA DO SÉCULO XX. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, p.41-63, 2018.

SCHUNIG, Erick Alessandro; SCARIM, Paulo Cesar. A REPRESENTAÇÃO DA COZINHA COMO ELEMENTO DO PRODUTO IMOBILIÁRIO NA CIDADE DE VITÓRIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 A 1970. **Geografares**, Vitória, p.94-108, 2017.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, [s.l.], v. 1, n. 8, p.31-45, verão 2003.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Anpege**, [s.l.], v. 11, n. 15, p.185-200, 2015. ANPEGE - Revista.



PESSOA, José Augusto Martins. Pensar e projetar a cidade do século XXI: desafios para a construção da problemática urbana. **Geusp: Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 11, p.155-161, 2002.

PINTAUDI, S. M. Mudanças nas formas de comércio varejista e a implantação dos supermercados na grande São Paulo - SP – Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 1988

PITTE, Jean-Robert. Nascimento e expansão dos restaurantes. In: **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PRZYBYSZ , Juliana. Capítulo 1 - Espaço, gênero e instituição de famílias monoparentais femininas. In: PRZYBYSZ , Juliana. **Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa - Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - Paraná, 2011.

ROSALIN, João Paulo; GALLO, Fabricio. Uma proposta de análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação no espaço das “cervejas especiais” a partir do crescimento das microcervejarias no estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais do XV Simpurb**, Salvador, 2017.